



Esquerda

Nº 36 | 50 CÉNTIMOS | AGOSTO 2009 | MENSAL

JORNAL DO BLOCO DE ESQUERDA | WWW.ESQUERDA.NET

O BLOCO FOI A OPOSIÇÃO MAIS FORTE À POLÍTICA DE SÓCRATES



Em entrevista, Luís Fazenda salienta que o grupo parlamentar do Bloco apresentou a primeira moção de censura ao governo. PÁG. 2, 3, 4 e 5

BPN: ESTADO SÓ NACIONALIZOU PREJUÍZOS



Uma das muitas questões que ficaram por responder, no caso BPN, é por que o Estado nacionalizou apenas o banco, deixando de fora os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios. PÁG. 8, 9

SOCIALISMO 2009 – DEBATES PARA A ALTERNATIVA



O Socialismo 2009 realiza-se a 28 e 29 de Agosto em Almada. Economia, Saúde, Educação, Ambiente, Cidades e Políticas Locais são alguns dos pontos fortes do programa. PÁG. 12

BALANÇO DA X LEGISLATURA

(2005 - 2009): BLOCO FOI O PARTIDO DA OPOSIÇÃO QUE MAIS PROJECTOS CONSEGUIU APROVAR NO PARLAMENTO

MOMENTOS MAIS IMPORTANTES DA X LEGISLATURA

Outubro 2006: a AR aprova o projecto de resolução do partido socialista que convoca o referendo sobre a despenalização do aborto, com os votos favoráveis do PS, Bloco de Esquerda e PSD.

Outubro 2006: a AR, sob proposta do Bloco, realizou uma comissão de inquérito às condições em que, no âmbito de um processo judicial, foi publicada uma lista de 208 telefones envolvendo as

principais figuras do Estado - no que ficou conhecido como o "caso" do Envelope 9.

Maio 2007: O Bloco foi o único partido a fazer uma intervenção política no Parlamento a contestar os poderes da Entidade Reguladora da Comunicação Social, criticando o modelo de monitorização dos conteúdos jornalísticos levado a cabo por esta entidade.

Junho 2007: Sob proposta do Bloco, o Parlamento organizou um colóquio sobre a localização do novo aeroporto internacional de Lisboa.

Dezembro 2007: Durante a discussão do OE para 2008, e após reiterada insistência do Bloco, o primeiro-ministro desdiz o ministro das Finanças e anula a já anunciada segunda fase de privatização da REN (que se propunha entregar a maioria do capital da empresa a mãos privadas).

Janeiro 2008: O Bloco foi o primeiro partido da oposição a apresentar uma moção de censura ao governo socialista, confrontando a maioria parlamentar com a forma como quebrou o compromisso eleitoral de realizar um referendo ao Tratado Europeu.

Novembro 2008: O Bloco opôs-se à entrada em vigor e chumbou o Código do Trabalho de Vieira da Silva. A favor votou apenas o Partido Socialista, tendo PP e PSD optado pela abstenção. BE, PCP e Verdes votaram contra, tal como cinco deputados do PS: Manuel Alegre, Teresa Portugal, Júlia Caré, Eugénia Alho, e Matilde Sousa Franco. O Tribunal Constitucional viria a chumbar uma das normas do código, o que fez o Presidente da República devolver o diploma ao parlamento. Na discussão do código o Bloco defendeu a limitação dos contratos a prazo a um ano, o contrato efectivo para os trabalhadores efectivos e fim das empresas de trabalho temporário. O Bloco apresentou 186 propostas de alteração, entre as quais a da criminalização dos falsos recibos verdes.

Dezembro 2008: Cumprindo um compromisso constante no seu programa eleitoral, o Bloco agendou uma proposta para permitir o casamento de pessoas do mesmo sexo. O PS impôs a disciplina de voto aos seus deputados e anunciou que, no futuro, estaria disposto a aprovar a mesma medida. O deputado Manuel Alegre não acatou a disciplina de voto e, conjuntamente com um elevado número de deputados socialistas, chamou a atenção para o "erro político" cometido pelo partido.

Dezembro 2008: O deputado Fernando Rosas, numa intervenção política no plenário, trouxe à discussão pública no Parlamento o anteprojecto de lei do governo para a gestão dos bens públicos, uma proposta redigida pelo ministério das Finanças permitindo a alienação a privados do património público histórico. Sob forte pressão, incluindo de membros do PS, o Governo acabou por deixar cair a proposta de lei.

Janeiro 2009: O deputado João Semedo, teve um papel activo na comissão de Inquérito à nacionalização do BPN, tendo apresentado contratos que revelam o papel de Dias Loureiro no negócio de Porto Rico - requerendo a sua segunda audição -, apresentando as contas do Insular no Montepio Geral e os documentos que revelam os financiamentos do BPN a EI Assir.

Janeiro 2009: O projecto de lei do Bloco para suspender a avaliação dos professores foi rejeitado por apenas um voto: 114 deputados votaram contra, 113 a favor e um absteve-

se. Na bancada do PS, Matilde Sousa Franco absteve-se, enquanto Manuel Alegre, Teresa Portugal, Júlia Caré e Eugénia Alho votaram a favor.

Abril de 2009: O Bloco denunciou, em conferência de imprensa no Parlamento, o tempo de antena do Partido Socialista onde são apresentados vários alunos que foram filmados sem o conhecimento dos seus pais - mas com a aprovação da direcção regional de Educação -, denunciando um inaceitável caso de promiscuidade política entre o PS e o aparelho de Estado. O primeiro-ministro, no próprio dia, escreveu uma carta aos pais dos alunos visados, lamentando o sucedido e pedindo desculpa pela utilização da imagem.

Abril 2009: Depois de ter aprovado, na generalidade, três projectos lei do Bloco de Esquerda sobre o sigilo bancário e uma taxa especial sobre os bónus milionários para os gestores, o PS acaba por recuar a aprovar na especialidade uma confusa proposta do Governo que prevê cobrar 60% de imposto sobre os rendimentos injustificados, legitimando, de facto, proventos de duvidosa proveniência.

Julho de 2009: No âmbito de uma interpelação ao Governo, o Bloco apresentou no Parlamento uma proposta que visa a criação de uma sobretaxa de 5% no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para as casas devolutas que não estão no mercado para arrendar. A medida, pretende levar os senhorios a colocarem as casas disponíveis no mercado de arrendamento.



Na legislatura que agora termina, o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda destacou-se na oposição à política anti-social do governo, mas não só. Com oito deputados, o Bloco foi o partido da oposição que mais Projectos de lei conseguiu fazer aprovar, grande parte dos quais por unanimidade, fruto do empenho dos seus parlamentares.

TEXTO DE CATARINA OLIVEIRA

Com um grupo de apenas oito deputados, o trabalho propositivo do Bloco de Esquerda, nos quatro anos e meio que agora terminam de legislatura, apresenta um saldo amplamente positivo: foram apresentados 247 Projectos de lei e 99 Projectos de resolução, incidindo particularmente a sua intervenção nos principais problemas sociais que assolam o país. Trabalho, segurança social, fiscalidade, combate à corrupção, saúde e ambiente são algumas das áreas em que se concentrou o trabalho parlamentar do Bloco.

Tendo em conta a dimensão do grupo parlamentar, a actividade legislativa desenvolvida faz dos seus deputados os mais activos de todo o Parlamento. O Bloco foi também o partido

da oposição que mais projectos de lei viu aprovados na AR, com 35 diplomas a terem luz verde.

Também em matéria de perguntas ao Governo e requerimentos ao Governo a actividade do grupo parlamentar foi marcante: 1252 perguntas apresentadas.

Quanto aos Projectos de lei aprovados é de destacar, o PL 141/X, que regula as aplicações médicas da procriação assistida, ou outro que marcou o trabalho do Bloco em matéria de Saúde, o PL 273/X da Carta dos Direitos de Acesso aos cuidados de saúde para os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) ou o PL 503/X, sobre o Direito de acompanhamento dos utentes dos serviços de urgência do Serviço Nacional de

Saúde (SNS).

Com a aprovação do PL 486/X, o Bloco alterou o prazo de separação de facto para efeitos da obtenção do divórcio, este diploma foi aprovado na generalidade e, na discussão na especialidade, foi incorporado no novo regime do divórcio.

Em matéria de justiça o Bloco fez aprovar o PL 588/X que altera o Código de Processo Penal no sentido de conferir uma maior protecção às vítimas do crime de violência doméstica.

Igualmente de destacar, é a aprovação do PL 611/X permitiu criar juízos de competência especializada no combate ao crime económico e tomar as medidas para actualizar e reforçar o quadro sancionatório da criminalidade económica e financeira.

EDITORIAL

CARLOS SANTOS

TERMINAL DOS CONTENTORES: "CASE STUDY" DA GOVERNAÇÃO SÓCRATES

O governo prolongou o contrato de concessão do terminal de contentores de Alcântara por mais 27 anos, até 2042. Não precisava de o fazer para já – o contrato só terminava em 2015, o seu prolongamento, não era uma absoluta necessidade deste governo, nem sequer do próximo. Mas o governo Sócrates decidiu agir assim, prorrogando o contrato de concessão com a actual concessionária – a Liscont, a empresa do grupo Mota-Engil.

O argumento base para o prolongamento do contrato foi o do esgotamento da capacidade do terminal até 2012, com base no crescimento do tráfego. Os dados já permitiam duvidar seriamente desta hipótese a curto prazo. A crise mundial demonstrou que o argumento não é válido. Durante 27 anos o Estado garante à empresa privada uma taxa de lucro, caso contrário indemnizá-la-á, o mesmo acontecendo se por motivos meteorológicos a empresa não conseguir operar. O Estado assume o risco a empresa garante um lucro fabuloso e o retorno rápido do investimento.

Não admira que perante este contrato o Tribunal de Contas o tenha considerado ruinoso e a comissão parlamentar de obras públicas tenha decidido enviar os documentos à Procuradoria-Geral da República.

E este contrato ruinoso para o Estado, assinado sem concurso, não foi entregue a uma empresa qualquer, foi feito com a Mota-Engil, o grupo de que o antigo chefe do aparelho socialista e ex-Ministro das Obras Públicas, Jorge Coelho, é o actual presidente do conselho de administração. O memorando de entendimento foi assinado em Abril de 2008. Entre a data desse memorando e a assinatura do contrato, em Outubro de 2008, foram introduzidas várias alterações e ajustamentos no modelo financeiro, "sempre desfavoráveis ao Estado", segundo a auditoria do Tribunal de Contas. Entretanto, em Abril de 2008 foi conhecido que Jorge Coelho seria o novo presidente da Mota-Engil e em Maio assumiu o cargo. Coincidências...

Contratos deste tipo abundam neste governo do PS, mas este é um autêntico "case study" da governação Sócrates: um contrato para muitos anos, prolongado muito antes do seu término e sem concurso público, garantindo taxas de lucro à empresa privada, assumindo o Estado todo o risco – um contrato ruinoso para o Estado e em benefício de uma empresa, cujo líder é o antigo chefe do aparelho socialista no partido e no governo.

Este contrato ainda coloca outros problemas: Lisboa ficará com mais uma barreira de contentores entre a cidade e o rio, o seu escoamento acarreta novos problemas ainda sem solução. Diversas vezes se levantaram contra este contrato, mas a do presidente da Câmara da capital não.

Sendo o governo chefiado por Sócrates e a empresa liderada por Jorge Coelho, poderia António Costa, que saiu de ministro para presidente da Câmara, opor-se a tal desígnio? Poderia, mas não o fez, Costa optou pela complacência.



OS NÚMEROS DO BLOCO NA X LEGISLATURA:

- 247 Projectos de lei apresentados
- 35 Projectos de lei aprovados
- 99 Projectos de resolução apresentados
- 1252 perguntas ao Governo e requerimentos apresentados
- Em média, cada deputado do Bloco foi autor de 30 projectos de lei, 13 projectos de resolução e 156 perguntas ou requerimentos.

LUÍS FAZENDA:

“FOI O BLOCO QUE APRESENTOU A PRIMEIRA MOÇÃO DE CENSURA AO GOVERNO SÓCRATES”

Em quatro anos e meio de legislatura o grupo parlamentar do Bloco reforçou a sua actividade de apresentação de propostas alternativas no Parlamento e foi uma voz crítica permanente das políticas anti-sociais do Governo Sócrates. Numa entrevista de balanço, Luís Fazenda fala também do futuro e acredita que o crescimento da representação do Bloco pasará por uma ligação ainda mais forte às mobilizações sociais. ENTREVISTA CONDUZIDA POR CATARINA OLIVEIRA E CARLOS SANTOS

Esta legislatura é a primeira que o Bloco completa, com 8 deputados, o que representa um grande crescimento face à legislatura anterior. Que avaliação se pode fazer do trabalho desenvolvido?

O Bloco de Esquerda em 2005 ressaltou um grande crescimento político e isso trouxe uma novidade ao Parlamento.

Os oito deputados funcionaram em colectivo, todos tiveram protagonismo em varias áreas, na vida parlamentar e na ligação do Parlamento à acção política, à luta de massas. O grupo parlamentar do Bloco distinguiu-se particularmente pelo facto de todos os deputados passarem pela primeira fila, e temos o grupo parlamentar com a primeira fila mais pequena. Houve contributos de todos os deputados, houve uma grande produtividade, com o auxílio dos assessores em relação às iniciativas legislativas - projectos de lei, projectos de resolução, etc. - que abarcaram os mais variados domínios da intervenção política. Creio que não erro ao considerar que tivemos uma nota bastante alta, que é não só reconhecida hoje pelos cidadãos como até pelos adversários políticos. Fomos um incómodo permanente para o Governo que tem uma política errada, anti-social. O objectivo no grupo parlamentar não está dissociado do objectivo geral do Bloco. A ideia central que constituiu a estratégia de alavanca do grupo parlamentar foi sempre a de combater as políticas liberais, combater o conservadorismo da direita. Isso traduzia-se sobretudo em vencer o PS, con-



vencendo os eleitores do PS de que pode haver outra política. Trabalhámos sempre neste binómio e isso permitiu o alargamento da difusão das iniciativas, combates e intervenções dos deputados e deputadas.

Nessa oposição permanente às políticas anti-sociais do Governo Sócrates quais foram as matérias em que o Bloco mais marcou na sua actividade parlamentar?

Destaco a apresentação da primeira moção de censura ao Governo Sócrates, a coragem de censurar o Governo pela quebra de palavra no referendo pelo Tratado da União Europeia, pela quebra de palavra pelo código de trabalho, pelo aumento do IVA. Foi uma moção de censura pela quebra de palavra do PS, pelo incumprimento das suas promessas e pela violação

do seu próprio programa de Governo. Essa primeira censura ao Governo inaugurou um conjunto de outras censuras, mais tardias, à política governativa.

Mas o Bloco teve outros momentos muito salientes neste mandato, em particular quando fez aprovar o projecto de convocação do referendo para a despenalização do aborto, e venceu.

Quando tomou a iniciativa de alterar a lei do divórcio, aprovando a diminuição do tempo para a separação em caso de divórcio litigioso, passando apenas para um ano a separação efectiva de pessoas e bens.

Quando tomou a iniciativa do projecto de lei da paridade, aliás o Bloco é o único grupo

paritário no Parlamento.

Tiveram também muita relevância as várias interpelações que fizemos, sistematicamente, quer ao ministro do Trabalho, quer ao ministro das Finanças, sobre a precariedade, o desemprego, o flagelo dos recibos verdes.

Temos a satisfação de ter contribuído decisivamente para a conquista do subsídio de desemprego para os trabalhadores da administração pública, ou de ter aprovado leis como a Carta dos Direitos dos Utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) ou o acompanhamento de familiares nas urgências hospitalares, ou situações de comparticipação social para os doentes de Alzheimer, Parkinson ou Esclerose Lateral Amiotrófica, mostrando um grande ênfase na defesa do SNS. Todo o recorte das leis, iniciativas e discussões sobre vio-

lência de género são uma espécie de património do Bloco na Assembleia da República. Isso é unanimemente reconhecido.

E naquilo que hoje está muito em voga e no fulcro do debate político: ano após ano apresentámos projectos de lei para levantamento incondicional do segredo bancário pela administração fiscal, para a taxação de transacções financeiras e controle de movimentos de capitais. Tudo isto visando impedir a especulação financeira simultaneamente com projectos de resolução e instando o Governo para que no âmbito da União Europeia procedesse a propostas no sentido de fechar offshores, paraísos fiscais, etc. Tudo isto está no bojo desta actual crise financeira. Praticamente no final desta legislatura o PS, em desnorte, parece acompanhar essas iniciativas,



vota-as na generalidade, para depois - uma vez que o ministro das Finanças parece que puxou as orelhas ao grupo parlamentar do PS - acaba por dar uma cambalhota fracturante, e dá o dito por não dito.

Tivemos um momento politicamente muito tenso e marcante, quando o projecto de lei do Bloco que revogava o modelo de avaliação dos professores do ensino não superior esteve a dois votos de ser uma realidade. De todos os projectos de lei apresentados na AR pelos diversos partidos da oposição, o do Bloco foi o que que mais perto esteve de conseguir demolir legislativamente o absurdo ataque do Governo à dignidade dos professores.

Também foi importante que tivéssemos tido convergências, não apenas no movimento da despenalização do aborto mas também em relação ao código laboral, muito em especial à preservação do princípio constitucional do tratamento mais favorável para os trabalhadores. Não podemos admitir, porque isso seria um retrocesso de civilização, que possa haver mínimos contratuais abaixo do que a lei geral prevê, do ponto de vista dos direitos do trabalho. Nesse caso tivemos a felicidade de ter Manuel Alegre e outros deputados do PS a votarem conjuntamente com o Bloco, bem

como noutras áreas das políticas sociais. Tivemos uma intensa acção de denúncia, em relação à situação de definhamento das pensões de reforma da segurança social, por exemplo. É uma luta que permanece mas que decisivamente é uma das grandes lutas da esquerda nos próximos anos: como restaurar uma segurança social que seja o eixo central das garantias democráticas e da satisfação dos défices sociais no nosso país.

O grupo parlamentar exerceu a rotatividade, não teve quebras de continuidade, pelo contrário, teve diversidade de apresentações, polivalências de iniciativas devido a essa rotação de pessoas pelo grupo parlamentar.

A intervenção do José Soeiro no 25 de Abril de 2008 foi um símbolo dessa rotatividade. Mas tivemos intervenções magníficas, da Ana Drago, muito sublinhadas pelo movimento dos professores, da Helena Pinto sobre a violência de género ou sobre o divórcio, que tiveram aplauso das associações das mulheres juristas, da associação de planeamento da família e de tantas outras associações e ONG's nesta área. O João Semedo tão saudado pelos médicos e enfermeiros, foi ele próprio um estratega do movimento de cidadania pela defesa do SNS, primeiro subscritor

com António Arnaut desse movimento que levou à demissão do ministro da saúde, Correia de Campos, e a uma certa pausa no caminho de destruição do SNS tal como o conhecemos.

Tivemos intervenções extraordinárias da Mariana Aiveca na área do trabalho, na correlação do Bloco Esquerda com os movimentos sociais, o movimento sindical. Na defesa do subsídio de desemprego, sete vezes a Mariana Aiveca apresentou um projecto de lei para que todos os desempregados pudessem ter acesso ao subsídio de desemprego. O Fernando Rosas destacou-se em matérias como a defesa da democracia nas forças armadas, a defesa das fábricas militares e dos seus trabalhadores, em particular desse símbolo que é o Arsenal do Alfeite. Contestou sempre a obscuridade e a tramóia dos voos da CIA, com presos torturados à margem do direito internacional ou, ainda por estes dias, o reforço militar no Afeganistão por parte de tropas portuguesas, num seguidismo atroz em relação a Barack Obama e aos EUA.

Francisco Louçã teve intervenções marcantes nos debates com o primeiro-ministro. É de acentuar que os debates quinzenais que aumentaram o escrutínio, o combate, o confronto político, foram uma proposta já antiga do Bloco, na revisão do

regimento.

As propostas económicas que Francisco Louçã encabeçou tiveram uma profunda repercussão nos média e também no debate parlamentar.

Alda Macedo estreou uma linha muito ampla de intervenção na área do ambiente, que era um ponto fraco na anterior legislatura do Bloco. Fizemos uma vigilância completa àquilo que é hoje um Ministério do Ambiente completamente vendido aos negócios e interesses económicos, defraudando qualquer expectativa de uma política de conservação da natureza. A Cecília Honório desenvolveu trabalho muito importante na área da cultura e educação. O António Chora destacou-se na defesa dos trabalhadores da Renault.

O Bloco teve uma participação muito diversificada em muitas áreas de todas as suas deputadas e deputados.

Como se pode antecipar o futuro do grupo parlamentar do Bloco?

Pensamos que poderíamos ter ido mais longe, e isso é já um desafio que se lança ao próximo grupo parlamentar, que, presumo, será alargado porque é necessário que exista uma representação mais ampla ainda do Bloco, para uma viragem da política nacional à esquerda.

De todos os projectos de lei apresentados na AR pelos diversos partidos da oposição, o do Bloco foi o que que mais perto esteve de conseguir demolir legislativamente o absurdo ataque do Governo à dignidade dos professores.

apenas para incomodar as políticas liberais mas para propor as alternativas de governo que o país precisa. Isso significará um incremento das ligações do Bloco aos projectos sociais e as mobilizações sociais. Esse é o passo a seguir e é o passo mais importante. Temos de ter o pé no parlamento e o pé na rua. Precisamos de ter mais marcha na rua. Fizemos a marcha do Emprego e da Precariedade. O grupo parlamentar do Bloco do futuro é cada vez mais um grupo que se funde com o movimento popular e com a alternativa nas ruas.

APRESENTADO O PROGRAMA DA CANDIDATURA DE LISBOA:

Luís Fazenda e João Bau apresentaram, a 28 de Julho, o programa da candidatura do Bloco de Esquerda à Câmara Municipal de Lisboa. Para Luís Fazenda, a tentativa de reduzir a campanha de Lisboa a duas candidaturas é redutora e empobrecedora do que podem ser as escolhas na cidade. A alternativa do Bloco, disse Luís Fazenda, combate a direita, que já se demonstrou um desastre, mas também a cedência de António Costa aos interesses privados. "A candidatura de António Costa é a de uma gestão intercalada que cometeu o pe-

cado fundamental de se fazer representante da cedência a interesses privados", disse Luís Fazenda, cabeça de lista à Câmara da capital. "E não nos conformamos com a justificação dos direitos adquiridos. Isto obriga a candidaturas alternativas", disse o deputado bloquista, observando que o PS de Lisboa não é diferente do PS nacional e que o Bloco é oposição a ambos. "Lisboa pode mudar. Mas não mudará seguramente sem o concurso do Bloco de Esquerda."

Antes, João Bau, primeiro candidato à Assembleia Municipal, já tinha criticado a

gestão de António Costa por não ter apresentado qualquer proposta de revisão do Plano Director Municipal, como era o seu compromisso, e por, à última hora, sem sequer enviar para a Assembleia Municipal, ter apresentado uma suposta "Carta Estratégica", que "não é mais que uma peça de propaganda da campanha do PS". Para o cabeça de lista à Assembleia Municipal, Lisboa precisa recuperar os jovens que não têm dinheiro para viver na cidade e a abandonam, e tomar medidas para proteger os idosos guetizados em bairros pobres, que vivem ao

abandono.

Entre as 20 medidas prioritárias apresentadas no programa estão a requisição temporária de fogos devolutos para reabilitação e colocação no mercado de arrendamento; obrigatoriedade, por inclusão no PDM, de construção de uma quota de 25% de Habitação a Custos Controlados em cada novo loteamento e operação de reabilitação; o não licenciamento de novos condomínios fechados; o não aumento da área dedicada a grandes superfícies comerciais e criação de um programa municipal de dinamização

do comércio tradicional; a manutenção do aeroporto da Portela como uma estrutura aeroportuária complementar do novo aeroporto internacional; a integração do Plano Verde no PDM; a extinção de três empresas municipais (EGEAC, EMEL e SRU), fundindo ainda a EPUL com a GEBALIS, de forma a garantir uma gestão mais racional, transparente e económica dos interesses municipais.

O programa está disponível na net em: http://www.bloco.org/media/projproj_glx_be2009.pdf

ESTÁ NA HORA DE VENCER!



As pessoas sabem com o que contar do Bloco. Na próxima legislatura voltaremos a cumprir e a apresentar um projecto-lei que possibilite o casamento e a adopção a cidadãos LGBT e quem quiser juntar-se será muito bem-vindo.

TEXTO DE BRUNO MAIA

Há quase 20 anos era criado o Grupo de Trabalho Homossexual do PSR, o primeiro grupo de luta LGBT em Portugal, aquele que iniciou um debate público necessário e criou as condições para o aparecimento, poucos anos mais tarde, de um movimento heterogéneo e com expressão significativa. Foi na esquerda anti-capitalista que nasceu a homossexualidade enquanto tema da política. Em 99 a criação do Bloco deixava explícito desde o seu início, que a igualdade no acesso a todos os direitos era um tema fundamental para a esquerda socialista! Quem quiser recordar ou escrever a história não se pode esquecer deste facto - é por via desta esquerda alternativa e plural que o casamento e a adopção por homossexuais acederam a estatuto de debate público e entraram na Assembleia da República.

Quase 20 anos depois o debate vai longo: na política, nas escolas, na rua, nos transportes, em família... O país precisa agora que sejam tomadas as decisões correctas. Precisa que as próximas campanhas eleitorais definam quem quer o quê e quem se baterá pelo quê! Já não

há lugar para meias palavras ou promessas suspensas, todas as cartas têm que ser postas em cima da mesa, para que todos e todas nós saibamos com o que contar e de quem!

A defesa da igualdade e de todos os direitos para todas e todos não se faz com meias medidas ou artimanhas legais. Igualdade é igualdade - tudo o resto é discriminação. Ou temos todos e todas acesso ao casamento, à adopção de crianças e ao reconhecimento legal da parentalidade independentemente do género do casal, ou não temos igualdade. Esta tem sido a pedra de toque de todo o movimento LGBT nos últimos anos, impulsionado não só pelo que tem acontecido em vários países Europeus (como na vizinha Espanha), mas também pelo amadurecer do debate, pela visibilidade e presença crescente da homossexualidade em todos os sectores da sociedade. E acima de tudo pelo conhecimento de que existem hoje, em Portugal, pessoas que vivem a intimidade e o amor de forma camuflada, recalcada. Trabalhadores homossexuais que temem o despedimento ou o assédio no trabalho, jo-

vens adolescente com medo da exclusão ou do "bulling", gente que vive em meios rurais isolada da socialização com outros homossexuais, casais de homossexuais que vivem na incerteza de perderem o direito aos bens partilhados no caso de morte, pais homossexuais de crianças cujo relação é negada pela lei. Amigos, familiares, vizinhos, colegas de trabalho, alunos, professores, médicos, doentes, advogados, ministros, pais, filhos e todos aqueles que nos rodeiam e que ainda não encontraram neste mundo espaço para a sua felicidade.

O Partido Socialista em Outubro passado tomou a sua decisão: reprovou a igualdade, votou pela manutenção da discriminação. Sem justificação justa ou desculpa aceitável. Apenas com muito embaraço e alguma vergonha! Dois meses depois Sócrates vem anunciar que incluirá o casamento homossexual na sua moção ao congresso do PS, mais uma vez com muito embaraço e alguma vergonha ou não tivesse o seu partido votado apenas há 2 meses, contra aquilo que agora parece defender. Mas a promessa de Sócrates não clari-

fica nada. Não diz quando pretenderá aprovar o casamento e nem como. Não se pronuncia quanto à adopção e ao reconhecimento da parentalidade. Não diz se o fará em maioria absoluta e também em maioria relativa. Não explica se aplicará a disciplina de voto ou deixará a decisão à consciência dos deputados. Não explica se fará parte do programa de governo ou não. Na verdade o partido que promete não é muito promissor: deixa em suspenso uma promessa velada, à espera que alguns votos de esperança lhe caiam no saco. Tal como fez em relação aos 150.000 mil empregos que pretendia criar, tal como fez ao aprovar um código de trabalho contra os direitos sociais que não estava no seu programa de governo, tal como fez com os professores ao aprovar uma avaliação inqualificável de que ninguém tinha ouvido falar antes.

Reconhecer direitos iguais é criar um espaço privilegiado para destruir a homofobia, para acabar com esta discriminação diária que atinge tantos e tantas. Se a própria lei não reconhece que somos todos iguais, a luta pela mudança das mentalida-

des será sempre mais difícil e o Estado será sempre o "responsável legal" pela discriminação LGBT. E é reconhecendo a responsabilidade das mudanças legais que desde o início o Bloco de Esquerda assumiu a defesa da legalização do casamento e da adopção por homossexuais. Desde então já apresentámos 2 vezes este projecto-lei, sempre chumbado pela maioria parlamentar. Já realizámos iniciativas públicas pela aprovação destas medidas e até já organizamos um grande fórum internacional pelo combate à discriminação. Estamos definidos. As pessoas sabem com o que contar do Bloco. Na próxima legislatura voltaremos a cumprir e a apresentar um projecto-lei que possibilite o casamento e a adopção a cidadãos LGBT e quem quiser juntar-se será muito bem-vindo.

Todo o cinzentismo do cálculo eleitoral do PS nunca apagará a força das ideias responsáveis, nem tão pouco as cores da história de luta pela igualdade que a esquerda socialista nunca recusou. Estamos prontos para repetir a batalha, está na hora de a vencermos!

UMA, E OUTRA, E OUTRA VEZ - AS VOZES DE QUEM FAZ A ESCOLA PÚBLICA

Ao longo destes últimos quatro anos, os professores têm sido a voz mais forte e mais ousada na contestação ao Governo. E são-no porque têm sido eles a experimentar, mais do que em qualquer outro sector, o que significa a “empresarialização” dos serviços públicos. [TEXTO DE ANA DRAGO](#)

Alguém pensou: “temos que alcançar os níveis europeus em matéria de resultados escolares, mas sem fazer o esforço de investimento que fizeram os outros países europeus”. A solução do Governo PS: indicar um culpado, os professores; pressionar os resultados; e juntar a propaganda.

Quatro anos do triunvirato M^a Lurdes Rodrigues - Valter Lemos - Jorge Pedreira, resumem-se a isso. Resumem-se a duas ideias centrais: primeiro, uma escola organizada como uma cadeia de comando capaz de produzir, rapidamente, resultados “politicamente” simpáticos

Uma escola organizada como uma cadeia de comando capaz de produzir, rapidamente, resultados “politicamente” simpáticos para quem governa; e segundo, uma classe docente domesticada pelo medo e pela concorrência interpares, que cumpra ordens sem pinga de crítica, e saia baratinha na factura salarial do Ministério da Educação (ME).

para quem governa; e segundo, uma classe docente domesticada pelo medo e pela concorrência interpares, que cumpra ordens sem pinga de crítica, e saia baratinha na factura salarial do Ministério da Educação (ME). Toda a arquitectura legislativa, toda a orientação política do ME seguiu neste sentido. Modelo de avaliação, modelo de gestão, estatuto do aluno, e o Magalhães para ajudar à festa...

Quando se provou que os professores não se iriam deixar humilhar e enovalhar pelo Governo, e que estavam dispostos a lutar, veio a chantagem e as ameaças do ME - ameaça de processos disciplinares, de não progressão na carreira, o afastamento e a intimidação de Conselhos Executivos que não vergavam.

Mesmo assim, uma, e outra, e outra vez, os professores saíram à rua. Vieram sempre aos milhares, de todos os pontos do país. Encheram as ruas de Lisboa com a sua luta, e a sua perseverança na defesa de um modelo democrático da escola pública - porque sabem o que está em causa.

Sabem que hoje a escola pública enfrenta uma crise, mas que não pode perder a confiança da opinião pública. Sabem que a multiplicação burocrática não trouxe rigor nem exigência às práticas escolares, apenas aumentou o espaço de manobras dos burocratas políticos de serviço. Sabem que se criaram e inventaram novos problemas, sem nunca resolver os velhos e determinantes problemas do sistema educativo português - o abandono e o insucesso

escolar. Sabem que hoje as escolas enfrentam todos os desafios - a herança da iliteracia e a globalização mediática - ; sabem que à escola se pede todas as funções, da educação clássica, às novas competências, e ao apoio social às famílias e aos excluídos; e sabem que lhes

faltam todos os instrumentos para fazer esse combate, e essa tarefa.

Quem ao longo deste anos saiu à rua sabe exactamente o que quer - pacificar as escolas, esquecer Maria de Lurdes Rodrigues, investir no sistema educativo e nos profissionais que fazem a es-

cola pública.

Em Setembro ou Outubro, os professores sairão de novo à rua... De outra maneira voltarão a dizer ao PS que não aceitam ser humilhados e perseguidos. Desconfio que dessa vez o PS vai ouvir com muito mais atenção.



BPN: ESTADO SÓ NACIONALIZOU OS PREJUÍZOS

Uma das muitas questões que ficaram por responder, no caso BPN, é por que o Estado nacionalizou apenas o banco, deixando de fora os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que possui muitos activos, alguns deles de muito valor. “No fundo, isto significou que o Estado nacionalizou o prejuízo, e deixou algumas riquezas do outro lado”, diz o deputado João Semedo ao *Esquerda*.

ENTREVISTA DE LUIS LEIRIA

Que perguntas ficaram por responder no caso BPN?

Em relação à nacionalização, acho que ficou por responder qual foi a razão do governo para não ter feito a intervenção que fez logo que houve a demissão do Oliveira Costa. Por que é que o governo não interveio nessa altura e deixou que duas outras administrações ainda fossem nomeadas: primeiro a do Abdool Vakil e depois a do Miguel Cadilhe. Com isso perderam-se muitos meses, que têm um custo que está a ser pago por todos nós.

Isso não foi explicado. Há um elemento que é preciso ter em conta: quando se dá a saída do Oliveira Costa, em Março ou Abril, já o go-

verno e o Banco de Portugal conheciam a situação de pré-colapso e de pré-falência, já havia problemas de liquidez, e sobretudo já estavam à vista todas as ilicitudes, ilegalidades, crimes e fraudes praticadas no BPN. Isso, claramente, no que diz respeito à nacionalização, é uma coisa que ficou por responder.

E a forma como foi feita a nacionalização?

Ficou por responder por que o perímetro da nacionalização foi apenas o banco. Como se sabe, o banco só tem um accionista, que é a SLN. Verdadeiramente, aquele grupo poderoso de dez accionistas, são accionistas da SLN, que por sua vez é accionista do banco.

Ora a SLN possui muitos activos, alguns deles com muito valor. Alguns, activos financeiros puros e duros. Por isso, a pergunta é: por que é que o perímetro da nacionalização foi apenas o banco? No fundo, isto significou que o Estado nacionalizou o prejuízo, e deixou algumas gorduras, algumas riquezas do outro lado.

E quanto aos responsáveis?

É mais uma coisa que não ficou claro: como é que todos aqueles que foram responsáveis, ou cúmplices, ou que beneficiaram - e os accionistas beneficiaram muito daquele esquema - assumem agora as responsabilidades perante o descalabro e o grande buraco do BPN/

SLN. Porque o que levou o BPN à falência e obrigou à intervenção não foi a crise internacional, como vem no relatório. Foram duas coisas - por um lado, a falência da supervisão, mas fundamentalmente foi o sistema que estava instalado de ilicitudes e fraudes no banco. Na realidade, isso está a ser pago por todos - as injeções da Caixa Geral de Depósitos já vão em 2,7 mil milhões de euros sem que os accionistas até hoje tenham entregue um tostão para pagar fosse o que fosse.

E quanto à supervisão?

Relativamente ao Banco de Portugal e à supervisão, acho que nada ficou por explicar. Tudo está muito claro, só a maioria do Par-

tido Socialista não quis ver os factos. O Banco de Portugal sabia bastante, podia ter sabido ainda mais, foi desatento, superficial e negligente, foi tolerante para além dos limites do absurdo, na exacta medida em que de inspecção em inspecção os mesmos problemas se repetiam, o Banco de Portugal dizia o mesmo, e tudo continuava na mesma. Como se costuma dizer, o Banco de Portugal falava para o boneco.

O Banco de Portugal permitiu isto durante dez anos. A única coisa que ficou por explicar é porque permitiu. E por isso dizemos, na nossa declaração de voto, que as fronteiras entre a negligência e a protecção são muito frágeis. Na realidade, pela forma como não actuou, a supervisão funcionou como uma forma de protecção daquele sistema que estava montado no grupo BPN/SLN e que deu o resultado que deu.

As consequências estão à vista, o PS é que não quis tirar essa conclusão.

Outra coisa muito importante: há aspectos relativamente a operações ruins e desastrosas de que ninguém se queixava, porque ninguém ouviu ninguém a queixar-se dos prejuízos de Porto Rico. As operações ruins davam prejuízo ao banco e ao grupo, mas nem os administradores do banco nem do grupo se queixavam, porque de facto eram operações que serviam para fazer circular e distribuir o dinheiro por uma série de amigos. E portanto eram operações que não corriam mal porque tivessem sido



mal desenhadas do ponto de vista estratégico ou do ponto de vista comercial, mas sim porque já se sabia à partida que aquilo servia para esconder a forma como o dinheiro saía da SLN/BPN para muitas mãos.

Quem foram os beneficiários da operação Porto Rico, por exemplo?

Em relação a Porto Rico há uma questão de facto que ficou demonstrada: os vários protagonistas responsáveis pelo fundo que adquiriu os 25% da Biometrics, o próprio Dias Loureiro, que foi estratega e operacional das compras de Porto Rico, nunca disseram na comissão qual foi a última transacção dessa operação. Há uma sucessão de transmissão das acções compradas, no próprio dia, com valores diferentes, e quando se pergunta onde estão agora os 25% que tinham sido adquiridos, uns dizem que foram vendidas por 1 dólar, outros dizem que foram vendidas pelo preço de compra, ou seja 38,5 milhões de dólares, se não estou em erro... Mas não há nenhuma docu-

mentação que fundamente isso.

A sensação que dá é que o dinheiro se dissipou, e como dinheiro não se dissipa, alguém ficou com ele. Parece-me natural dizer-se que quem eventualmente tenha beneficiado dele são aqueles que foram os principais interessados, os motores e os protagonistas destas transacções.

Há uma outra questão que não ficou factualmente demonstrada, mas que é uma evidência, é que este negócio completamente ruinoso de Porto Rico serviu para pagar comissões pelos bons serviços prestados pelo senhor El Assir na venda da Redal, uma empresa de águas de Marrocos do grupo - à qual também estava ligado Dias Loureiro -, aos franceses da Vivendi. O negócio de Porto Rico só existe para fazer sair dinheiro do grupo destinado a pagar os bons ofícios do senhor El Assir. Isso ficou claro. Quando eu confrontei Dias Loureiro com esta hipótese, ele disse: "Isso para mim é insultuoso". Passados uns tempos, veio-se demonstrar pelas



palavras de Oliveira Costa que isso era assim.

Terminada a comissão de inquérito, a Justiça ainda vai ter um papel, ou o caso vai ser esquecido?

A investigação criminal decorreu em paralelo à comissão, que apurou uma série de elementos que poderão ser muito úteis a essa investigação, e acho que a fraude é demasiadamente grande para poder ser ignorada, para que isto tudo caia no esquecimento. Há

já arguidos neste processo, e creio que as evidências são tão grandes que dificilmente a Justiça encontrará qualquer outro estratagema que não seja a acusação e a eventual condenação.

Acha que o Oliveira Costa vai ser bode expiatório?

Acho que não, até porque acho que pela atitude que ele teve aqui na comissão de inquérito, seguramente teve a mesma atitude com as autoridades de investigação. E, portanto, ele vai in-

criminar outras pessoas, até porque tudo aquilo não foi feito por ele sozinho, como é evidente.

Agora o que é uma evidência é que a investigação é lentíssima em Portugal, seja por falta de meios seja por qualquer outra razão... Quando olhamos para o Madoff, que foi descoberto, investigado, julgado e condenado em seis meses, aqui em Portugal o Oliveira Costa está preso há imenso tempo e as investigações andam a passo de caracol.

O BANCO INSULAR, O BPN E A SUPERVISÃO DO BANCO DE PORTUGAL

O Banco Insular tinha conta no balcão das Amoreiras, em Lisboa, do Montepio Geral. No entanto, o Banco de Portugal insistiu reiteradamente que não tinha conhecimento "do envolvimento do Banco Insular em operações activas ocasionais realizadas em território nacional." Um exemplo do (não) funcionamento da supervisão do Banco de Portugal.

10 de Dezembro de 2004: A Procuradoria Geral da República envia um ofício ao Banco de Portugal informação sobre se o Banco Insular - IFI, SARL "que se afigura ser de Cabo Verde, tem autorização ou pedido para operar no nosso país"

27 de Dezembro de 2004: O

Banco de Portugal responde: "Informamos V. Exas que a entidade designada por Banco Insular - IFI, SARL, não consta do nosso Registo.

15 de Junho de 2007: A PGR volta a perguntar ao Banco de Portugal: "Tenho a honra de solicitar a V. Exª que se digne informar ... da existência de comunicação ou registo de intervenção do Banco Insular, de Cabo Verde, em operações activas ocasionais, realizadas em território nacional, desde 2004."

11 de Julho de 2007: Novamente a resposta do Banco de Portugal é: "não temos conhecimento do envolvimento do Banco Insular em operações activas ocasionais realizadas em território nacional."

25 de Julho de 2007: A PGR

insiste: "o nosso pedido de informações se fundava na existência de indícios do desenvolvimento, em território nacional, de operações activas, concessões de financiamento, a favor de pessoas e entidades residentes em Portugal, por parte do referido Banco Insular, instituição financeira internacional domiciliada em Cabo Verde."

2 de Janeiro de 2008: Só então vem uma resposta conclusiva do Banco de Portugal: "Vimos informar V. Exas. De que, posteriormente à data do envio desta carta,, foram detectadas duas transferências de fundos que envolvem o Banco Insular SARL. Essas transferências datavam de 1 de Abril de 2004 e 28 de Julho de 2004, ou seja, ante-

riormente ao primeiro ofício da PGR, ao qual o BdP respondera negativamente.

E que fez o BdP, detectado isto? Aparentemente, mais nada.

Mas bastou ao deputado João Semedo requerer, através da Comissão de Inquérito, que o Montepio enviasse os extractos desta conta para tão simplesmente ficar a saber que a conta do Banco Insular fora aberta em Setembro de 1998, no balcão das Amoreiras, em Lisboa. Havia uma conta bancária comum, à ordem do Banco Insular, onde se movimentavam regularmente centenas de milhares de euros. Estavam sujeitas a registo e mesmo assim o BdP não as viu.

Muito deste dinheiro era

transferido para offshores da SLN ou dos seus administradores. Nem após divulgar o nome das empresas o BdP se apercebeu deste facto. No entanto, bastou ao Bloco de Esquerda fazer uma consulta no site do Ministério da Justiça para saber quem eram os administradores em causa.

Para além disto, existia desde 2004 na conta do Insular no Montepio uma conta de títulos à ordem da SLN - o que evidenciava já a relação do Insular com o grupo SLN. Mas nada disto o Banco de Portugal detectou.

Leia o dossier sobre o caso BPN em www.esquerda.net

BLOCO APRESENTA PROGRAMA ELEITORAL



No lançamento do programa para as legislativas, Francisco Louçã começou por destacar a forma como o documento foi elaborado, “um processo que fará história e criará tradição”. Desde Fevereiro, o Bloco abriu um portal especificamente dedicado à discussão do programa, que contou com contribuições de especialistas e activistas que deram livremente os seus contributos e opiniões. O site foi também cenário de debates transmitidos online em vídeo.

Findo este período, a

Mesa Nacional aprovou um anteprojecto que foi de novo submetido ao debate, e finalmente transformado na actual versão final, apresentada publicamente no dia 5 de Julho em Lisboa. O Bloco foi o primeiro partido a apresentar ao país as suas propostas políticas para a próxima legislatura.

No que respeita às propostas sobre investimento público na reabilitação urbana, Louçã destacou o aumento do IMI sobre as casas desocupadas (estimadas em 300 mil fora do mercado),

para forçar os proprietários a alugar ou vender; o crédito bonificado aos senhorios para obras; e, no caso dos senhorios que nem assim podem fazer obras, o Estado assume os custos das obras e depois aluga por um período de cinco a dez anos, devolvendo passado esse tempo o imóvel ao proprietário.

Sobre o sistema bancário, Francisco Louçã defendeu que a Caixa Geral de Depósitos cobre juros não-especulativos, provocando assim a queda dos spreads com que os bancos estão a

castigar as pessoas.

Sobre a Justiça defendeu um novo regime de custas judiciais, promovendo o acesso à Justiça a quem não pode pagar um advogado, criando também um defensor público, instituição nova. Para combater a corrupção, defendeu o fim do segredo bancário, o fim do offshore da Madeira e o controlo dos movimentos financeiros.

Quanto aos serviços públicos, defendeu, entre outras medidas, a ampliação do Serviço Nacional de Saúde, incorporando a medicina dentária, e o estabelecimento de contratos de dez anos do SNS com os médicos em formação. Finalmente, quanto às reformas defendeu o aumento das pensões de forma a convergirem as mais baixas com o salário mínimo nacional, e apresentou novas formas de finan-

ciamento.

O programa eleitoral inclui também capítulos dedicados à sociedade de informação e cultura, política europeia, política externa e defesa, território e igualdade e política ambiental para a sustentabilidade do planeta e a qualidade de vida.

A terminar, Louçã insistiu que o Bloco de Esquerda “está pronto a assumir a força que os eleitores lhe derem” com vista a uma “alternativa de esquerda de confiança, socialista”, mas que nunca estará disponível a apoiar governos e medidas que levaram o país ao desastre.

Leia aqui o programa eleitoral

<http://www.bloco.org/media/programabe.pdf>

JORNADAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

O Grupo Unitário das Esquerdas no Parlamento Europeu promove em Setembro as Jornadas de Economia Solidária e Desenvolvimento Rural, em Braga e Vila Real. No dia 5, no Hotel Turismo, a abertura das jornadas cabe a Francisco Louçã, seguindo-se o painel “A economia solidária como

alternativa para o desenvolvimento económico em meio rural, com intervenções de Jean Louis Laville, Jordi Estivil, Rogério Roque Amaro e Júlio Ricardo. Segue-se o painel “Desenvolvimento rural, agricultura e globalização dos mercados agrícolas”, com Fernando Oliveira Bap-

tista, António Bica, António Cardoso, Rui d’Espiney, e Lídia Senra. O encerramento do primeiro dia cabe a Miguel Portas e Pedro Soares. A segunda parte das jornadas, no dia 12, tem lugar no Auditório do Arquivo Distrital em Vila Real, abre com Marisa Matias e Carlos Gomes. O primeiro

painel intitula-se “Constrangimentos e Potencialidades do Desenvolvimento em Meio Rural”, com participação de Artur Cristóvão, Xavier Vence, Gaspar Martins Pereira, Ilídio Mesquita, e Maria do Mar Pérez. Segue-se o debate sobre “Sustentabilidade económica e ambiental, diversificação

produtiva e renovação geracional”, com Vasco Paiva, José Portela, Ana Gonçalves, e Luísa Valente. O encerramento conta com as presenças de Alda Macedo e Luís Fazenda.

COMÍCIOS DE RUA

Terça, 18 Agosto: Portimão
Quarta, 19: Carvoeiro
Quinta, 20: Albufeira
Sexta, 21: Manta Rota
Sábado, 22: Quarteira
Domingo, 23: Olhão
Segunda, 24: Milfontes
Terça, 25: Monte Gordo
Quarta, 26: Tavira

Tal como nos últimos anos, o Bloco percorre o país em comícios de rua nas noites de verão, em muitas das localidades mais procuradas nos meses de férias. Veja o calendário dos comícios de rua na segunda quinzena de Agosto, sempre às 21h30 com Francisco Louçã.



BREVES DO BLOCO

MESA NACIONAL APROVA LISTAS PARA LEGISLATIVAS

A reunião da Mesa nacional do Bloco no fim de Junho ratificou a maioria das listas às legislativas, com o objectivo de reforçar a juventude da banca parlamentar. Em Lisboa repetem a candidatura Francisco Louçã, Ana Drago, Luís Fazenda e Helena Pinto, a quem o Bloco quer juntar a jovem engenheira agrónoma Rita Calvário e o metalúrgico Francisco Alves. No Porto, João Semedo encabeçará a lista, seguido por dois jovens: José Soeiro, que já foi deputado em substituição durante alguns meses, e Catarina Martins, directora artística do Vídeos Úteis.

Em Setúbal, Fernando Rosas e Mariana Aiveca voltam a candidatar-se e o dirigente bloquista Jorge Costa é o terceiro da lista. Nos distritos em que o Bloco pretende eleger pela primeira vez, Pedro Soares lidera a lista em Braga, Cecília Honório em Faro, Pedro Filipe Soares em Aveiro, José Guilherme Gusmão em Santarém, Heitor de Sousa em Leiria e José Manuel Pureza em Coimbra. A actual deputada pelo Porto, Alda Macedo, encabeça a lista de Vila Real, o independente António Minhoto a de Viseu, Zuraida Soares a dos Açores e Roberto Almada a da Madeira. No círculo da Europa, o candidato será o independente Manuel Bento.

A Comissão Política ratificou entretanto as restantes listas às eleições legislativas, cujos primeiros candidata(o)s são: Viana do Castelo - Luís Louro; Bragança - Luís Vale; Guarda - Rui Teixeira; Castelo Branco - José Carlos Reis; Évora - Joana Mortágua; Portalegre - Maximina Bizarro; Beja - Constantino Piçarra.

BLOCO/AÇORES APRESENTA VOTO DE PROTESTO PELO ACORDO DE UTILIZAÇÃO DAS LAJES



O Bloco de Esquerda/Açores quer que o parlamento açoreano repudie o acordo de princípio do Governo da República para a utilização da Base das Lajes como plataforma de treino dos caças norte-americanos F-22 e F-35, por o considerar lesivo dos interesses da Região. O voto foi chumbado com os votos contra de PS, PSD, CDS e PPM e a abstenção do PCP.

“CORAGEM PARA MUDAR” É O MOTE DA CANDIDATURA EM VILA DO CONDE

Miguel Vital e Armando Herculano são os primeiros candidatos bloquistas à Câmara e Assembleia Municipal de Vila do Conde. A apresentação da candidatura foi na Biblioteca Municipal, numa sessão que contou com a presença de Francisco Louçã, João Semedo e Isabel Lhano.

BLOCO CONTRA PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM TRÓIA



Francisco Louçã, Fernando Rosas e Albérico Afonso, candidato do BE à Câmara de Setúbal, fizeram a 7 de Julho um percurso de barco pelo Rio Sado, na baía de Tróia, e responsabilizaram o Governo pela aprovação de «excepções à lei» que permitiram a construção de um complexo imobiliário nas dunas primárias, pelo grupo económico de Belmiro de Azevedo.

BLOCO EXIGE INVESTIGAÇÃO À GESTÃO DO ECOPARQUE DE TRAJOUCE

Os candidatos do Bloco de Esquerda às Câmaras de Cascais, Oeiras e Sintra estiveram no Ministério do Ambiente para obterem esclarecimentos sobre o grave problema ambiental que se vive no Ecoparque de Trajouce. O Bloco vai solicitar a intervenção urgente da Inspecção Geral da Administração Local para que seja possível realizar uma fiscalização sobre a AMTRES (associação intermunicipal que criou a Tralix) e as Câmaras que dela fazem parte.

BLOCO/BRAGA CRITICA “MANDATO FALHADO” DE MESQUITA MACHADO

A candidatura do Bloco/Braga critica a onda de inaugurações na pré-campanha de Mesquita Machado. Para João Delgado, “o anúncio da recandidatura foi precedido da confirmação de que este foi um mandato falhado, com Mesquita Machado a fazer um outro anúncio, o das obras que serão feitas no próximo mandato”.

RODRIGO TRANCOSO É O CANDIDATO DO BLOCO À CM FUNCHAL

O Bloco/Funchal já escolheu o candidato à autarquia funchalense. Rodrigo Trancoso, professor de matemática, é actualmente deputado na Assembleia Municipal do Funchal e pertence à Comissão Coordenadora do Bloco/Madeira. A aposta do Bloco é eleger pela primeira vez um vereador no Funchal nas próximas autárquicas.

JOÃO VASCONCELOS CANDIDATO EM PORTIMÃO

Em sessão realizada na Biblioteca Municipal, com a presença de Francisco Louçã, o Bloco de Esquerda apresentou os seus candidatos autárquicos no município de Portimão: João Vasconcelos será candidato à Câmara, Luisa Penisga lidera a lista à Assembleia Municipal e Simeão Quedas concorre à Assembleia de Freguesia da cidade.

ACAMPAMENTO “LIBERDADE 2009”

Centenas de jovens, de todos os pontos do país, juntaram-se para cinco dias de debates, partilha de experiências activistas e muito convívio, num programa preenchido e variado. No primeiro debate, Ana Drago falou de movimento estudantil e na actualidade da reivindicação pela democratização do ensino superior público. Foi uma viagem com destino no presente: da Universidade totalmente elitizada do Estado Novo até ao Processo de Bolonha, passando pelas lutas contras as propinas e pelo ensino público, o debate acumulou reflexões para a intervenção na Escola de hoje, onde se mantém actual a luta pela democratização do ensino e a oposição à sua privatização. O debate foi enriquecido pela presença de activistas da Grécia e da Escócia, que partilharam as suas experiências e formas de organização, em lutas recentes que confrontaram as ambições de privatização do ensino superior naqueles países.

O acampamento contou ainda com debates sobre temas muito diversos – como o racismo, o feminismo, a discriminação contra os homens e mulheres LGBT, as drogas leves ou a precariedade –, além de workshops culturais e festas temáticas à noite.

FERNANDO QUEIROZ E FERREIRA DOS SANTOS CANDIDATOS EM MATOSINHOS

O Bloco anunciou a candidatura à Câmara e Assembleia Municipal de Matosinhos, apresentando Fernando Queiroz e Ferreira dos Santos, respectivamente. Justiça na Economia e uma Política Social de Habitação mais inclusiva são duas linhas de força da candidatura.

ALBERTO FERNANDES É O CANDIDATO BLOQUISTA À CÂMARA DE GUIMARÃES

O Bloco/Guimarães reuniu em assembleia para indigitar o cabeça de lista para a Câmara Municipal. Alberto Fernandes é desde 2005 o presidente do Grupo Parlamentar do Bloco na Assembleia Municipal de Guimarães, e foi escolhido pelos aderentes do Bloco de Esquerda para ser o rosto das políticas bloquistas nas próximas eleições autárquicas.

SALVATERRA: RECANDIDATURA DA “ANITA” RECEBIDA COM ENTUSIASMO



“Apoiar as pessoas” é o lema da recandidatura de Ana Cristina Ribeiro, independente nas listas do Bloco de Esquerda - à Câmara de Salvaterra de Magos. O intenso calor que se fez sentir no Cais da Vala não impediu a mobilização da população, que deposita esperança na continuação do “trabalho de apoio social e de proximidade” desenvolvido por esta equipa de autarcas.

SOCIALISMO 2009

DEBATES PARA A ALTERNATIVA

Pelo terceiro ano consecutivo, o Bloco de Esquerda promove um Fórum de ideias para debater e aprofundar políticas alternativas para o país e para o mundo. O Socialismo 2009 realiza-se a 28 e 29 de Agosto, na Escola Secundária Cacilhas-Tejo, em Almada. Economia, Saúde, Educação, Ambiente, Cidades e Políticas Locais são alguns dos pontos fortes do programa. **TEXTO DE MIGUEL REIS**



SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SOCIALISMO 2008. FOTO DE ANDRÉ BEJA

Mais intensamente que as anteriores edições – o Socialismo 2009 centra-se no debate de alternativas e propostas concretas, para responder à actual crise social e económica e construir um programa socialista para o país. A “Justiça na Economia” tem sido uma das bandeiras do Bloco de Esquerda, e daí a importância de discutir propostas alternativas sólidas para uma economia que responda às pessoas e que não esteja refém dos lucros milionários de uns poucos. Fraudes bancárias, a crise de 1929, a história das Privatizações e o Fracasso do Pacto de Estabilidade e Crescimento são alguns dos debates que compõem este tema. Os vários Manifestos de economistas (e não só) que recentemente foram apresentados à sociedade portuguesa serão também analisados, confrontados e debatidos, e o novo código do trabalho aprovado pelo PS estará igualmente sob

cheque.

Depois de ano e meio de luta acesa pela escola pública, a Educação é um assunto em destaque, com debates não só sobre avaliação de professores mas também sobre a Educação que existe fora das Escolas ou o excesso de escolarização a que são submetidas as crianças - esta última sessão apresentada pela investigadora e especialista Maria José Araújo. Ana Drago e Cecília Honório também marcam presença nos debates sobre Educação.

Além da reflexão de Luís Fazenda sobre “políticas sociais – os ataques escondidos e os outros”, a discussão sobre os serviços públicos estende-se ainda, como não podia deixar de ser, à Saúde. José Manuel Boavida, Presidente da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo, tenta responder à pergunta: “Os portugueses estão a ficar mais gordos?”. As razões

pelas quais os medicamentos são tão caros e os motivos por que esperamos tanto tempo por uma consulta serão também analisados e alvo de propostas alternativas. Nesta área, destaca-se ainda a sessão sobre “Saúde mental – comunidade, asilo ou hospitais” - um tema geralmente ausente do debate político e que contará com a apresentação de Luís Gamito.

Com as eleições autárquicas à porta, o poder local e as cidades constam do programa de debates. Assim, a prioridade que o Bloco dá à reabilitação das cidades - para garantir habitação e emprego – estará em cima da mesa para discussão e aprofundamento, bem como os modos de usar a cidade, o urbanismo, as novas ruralidades, a importância da ferrovia e a regionalização. Alda Macedo, João Teixeira Lopes, Pedro Soares e Helena Pinto introduzem algumas destas discussões,

enquanto Manuela Tavares aborda o tema: Cidades Inclusivas e Cidadania Feminista.

A ligação entre os problemas ambientais e sociais, as alterações climáticas, a água e as energias alternativas ajudarão a contruir as propostas do Bloco para o ambiente, contando com intervenções de Marisa Matias, João Almeida, Rui Curado Silva e Rita Calvário.

Há ainda a sublinhar outros temas soltos que prometem gerar polémica e controvérsia: os direitos de autor e o ascenso do novo partido pirata na Suécia, a prostituição, a morte assistida, a adopção, as sexualidades e até o modo como as televisões portuguesas cobriram a chegada de Cristiano Ronaldo ao Real Madrid.

As questões da cultura serão abordadas nos debates “Arte e Feminismo e “Música e Política”, enquanto a parte mais lúdica do programa é preenchida pelas Artes

Circenses e pelo Teatro do Oprimido.

Migrações, Europa e Mediterrâneo, Ideologia e transformação social, as Leis e sua apreensão prática pelos cidadãos, são outros dos temas presentes e que contarão com intervenções de Mónica Frechaut, Miguel Portas, Mário Tomé e Rui Tavares. O Socialismo 2009 encerra no Domingo com a intervenção final de Francisco Louçã: “Uma Política Socialista para Portugal”.

Será disponibilizado alojamento gratuito em escolas, ginásios e em casas de camaradas. As inscrições podem ser feitas para o e-mail socialismo@bloco.org. Haverá ainda transporte organizado a partir das principais cidades do país, dependendo do número de inscritos. O Socialismo 2009 conta contigo.